

## DPU pede que STF proíba mandados de busca e apreensão coletivos

Mandados de busca e apreensão coletivo são inconstitucionais. Sem fundamentação individualizada das razões que tornam a medida necessária, ela fere o princípio da presunção de inocência, a inviolabilidade da intimidade, da vida privada e do lar e o devido processo legal.

Reprodução



Ideia do governo de requisitar buscas coletivas vem sendo criticada por juristas.

Com esse argumento, a Defensoria Pública da União pediu que o Supremo Tribunal Federal anule buscas e apreensões coletivas ou genéricas e proíba novas ordens do tipo em todo o país.

O governo federal [anunciou](#) que pretendia buscar a legalização de mandados sem alvo específico durante a [intervenção federal](#) no Rio de Janeiro, em 2018. Para evitar a medida, o deputado federal Wadih Damous (PT-RJ), representado pelo criminalista **Fernando Augusto Fernandes**, [impetrou](#) pedido de Habeas Corpus coletivo. Segundo eles, buscas genéricas desrespeitam não apenas a inviolabilidade do lar, mas também a presunção de inocência – além da obrigação de identificar os alvos da ação. A DPU ingressou como *amicus curiae* no processo.

Em petição deste sábado (6/4), assinada pelo defensor público-geral federal, Gustavo de Almeida Ribeiro, a DPU argumenta que, se o STF admitir buscas coletivas, admitirá a revogação tácita do princípio da presunção de inocência.

"A especificação detalhada dos mandados de busca é consectário lógico da inviolabilidade de domicílio", afirma a petição. "Se ordens genéricas, amplas, abertas, sem qualquer identificação de seus destinatários, passassem a ser admitidas, na prática, a cláusula da inviolabilidade estaria revogada, uma vez que qualquer decisão baseada em mera conjectura seria considerada fundamentada", afirma a Defensoria.

A DPU argumenta que o fato de autoridades terem cogitado de pedir a expedição de mandados de busca coletivos durante a intervenção federal mostra o risco de violação dos direitos dos mais pobres.

Além disso, a DPU lembra que a Justiça do Rio já expediu mandados de busca coletivos, como os que



autorizaram operações genéricas na favela do Jacarezinho, no Rio.

Clique [aqui](#) para ler a íntegra da petição.  
**HC 154.118**